Globethics Repository



Instituição e Acontecimento [Institution and Event]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Mota Dias, Zwinglio
Publisher	Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo da Escola Superior de Teologia
Rights	Creative Commons Copyright (CC 2.5)
Download date	2026-11-11 09:28:05
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/234911

Instituição e Acontecimento: Notas sobre as tensões entre o **eclesiástico** e o **eclesial** no interior da Comunidade Cristã

Institution and Event:
Notes on the tensions between the ecclesiastical and the ecclesial within the Christian Community

Zwinglio Mota Dias*

Resumo:

Este texto consiste em uma análise sucinta das tensões do desenvolvimento histórico da instituição Igreja e de como o acontecimento cristão primordial foi cristalizando-se numa forma institucional. O texto destacará alguns elementos que estão na raiz das tensões criadas pela interação dialética entre o Eclesiástico (o oficial, o que parte da estrutura normativa da instituição eclesiástica e que configura o seu discurso) e o Eclesial (as manifestações que irrompem no meio dos cristãos reivindicando maior grau de fidelidade ao acontecimento-fonte, a *Ecclesia* do Novo Testamento, e, muitas vezes, contradizendo o discurso "ortodoxo" da instituição) que, em forma dramática, caracterizaram até aqui a prática cristã-evangélica, tanto no Ocidente como no Oriente e, de forma particular, na América Latina. O objetivo, então, é de destacar o lugar e a importância da persistência de tais tensões no seio da comunidade cristã global (com suas instituições, grupos de base, movimentos, etc.) como a única forma de manter-se aberta à atuação sempre inédita do Espírito e não deixar-se instrumentar pelos diferentes grupos de poder que, instituindo-se na sociedade e nas estruturas organizacionais eclesiásticas, procuram, uma e outra vez, domesticar os portadores do testemunho do Evangelho para torná-los transmissores de sua particular e interessada visão-de-mundo. Como referencial, se utilizará a reflexão de H. Emil Brunner, para inquirir a respeito da continuidade histórica da Igreja, em suas formas históricas institucionais, em relação à comunidade de Jesus, ou seja, a *Ecclesia* do Novo Testamento.

Palavras-chave:

Instituição. Evangelho. Eclesiástico. Eclesial.

Abstract:

This text consists of a brief analysis of the tensions of the historical development of the institution Church and of how the primary Christian event was crystallized in an institutional form. The text will highlight some elements that are at the root of the tensions created by the dialectical interaction between the Ecclesiastical (the official, i.e., what comes from the regulatory framework of the ecclesiastical institution and sets its speech) and ecclesial (the demonstrations that erupt among the Christians claiming higher degree of fidelity to the event source, the Ecclesia in the New Testament, and often contradicting the "orthodox" speech of the institution) what, in dramatic form, so far has characterized the evangelical-Christian practice in both West and East and, specially, in Latin America. The aim then is to highlight the place and the importance of persistence of such tensions within the global Christian community (with its institutions, basis groups, movements, etc.) as the only way to keep activities always open to the Spirit and not to become instrumentalized by different groups of power which, by establishing themselves in society and in church organizational structures, seek to domesticate the witnesses of the Gospel in order to make them the transmitters of their private and interested worldview. As a reference, we use the reflection of H. Emil Brunner, in order to inquire about the historical continuity of the Church in its historical institutional forms in relation to the community of Jesus, i.e., the New Testament Ecclesia.

Keywords:

Instituition. Gospel. Ecclesiastical. Ecclesial.

* Doutor em Teologia pela Univ. de Hamburg, Alemanha. Prof. no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Univ. Federal de Juiz de Fora (UFJF), MG. Pastor da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil. Editor da revista eletrônica "Tempo e Presença", de "Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço".

Introdução

Tanto a análise do desenvolvimento histórico da instituição Igreja como o estudo do acontecimento fundamental que deu origem ao cristianismo - ou seja, a totalidade do acontecimento cristológico - exigem um tratamento interdisciplinário que ultrapassam, e muito, as possibilidades de um enfoque da natureza do que nos é permitido apresentar num pequeno texto como este.

Mas, o problema está colocado pela própria realidade que nós, com nossa dupla identidade de latino-americanos e cristãos, experimentamos no interior de nossas instituições eclesiásticas e de nossas sociedades como um todo. As transformações históricas vividas pelas sociedades latino-americanas, especialmente nos últimos 50 anos, impactaram as Igrejas e mudaram, positiva ou negativamente, suas atividades e formas de relacionamento com estas sociedades. Isto, por sua vez, produziu não poucas tensões entre os cristãos que, embora unidos numa mesma intenção de fidelidade ao Evangelho, se encontram ideologicamente divididos em relação ao projeto histórico que propugnam para suas sociedades. Estas divisões atravessam as separações históricas que deram origem às diversas instituições eclesiásticas protestantes; também se encontram no interior do Catolicismo e já ultrapassaram as diferenças teológico-doutrinárias entre este e o Protestantismo. Trata-se de um verdadeiro divisor de águas ideológico que está na base das formas de mediação histórica do acontecimento cristão primordial, na medida em que este se foi cristalizando numa forma institucional.

Com estas ressalvas procuraremos destacar alguns elementos que estão na raiz das tensões criadas pela interação dialética entre o **Eclesiástico** (ou seja, o oficial, o que parte da estrutura normativa da instituição eclesiástica e que configura o seu discurso) e o **Eclesial** (isto é, as manifestações que irrompem no meio dos cristãos reivindicando maior grau de fidelidade ao acontecimento-fonte, a *Ecclesia* do Novo Testamento, e, muitas vezes, contradizendo o discurso "ortodoxo" da instituição) que, em forma dramática, caracterizaram até aqui a prática cristã-evangélica, tanto no Ocidente como no Oriente e, de forma particular, em nosso continente.

E isto faremos com o objetivo de destacar o lugar e a importância da persistência de tais tensões no seio da comunidade cristã global (com suas instituições, grupos de base, movimentos, etc.) como a única forma de manter-se aberta à atuação sempre inédita do Espírito e não deixar-se instrumentar pelos diferentes grupos de poder que, instituindo-se na sociedade e nas estruturas organizacionais eclesiásticas, procuram, uma e outra vez, domesticar os portadores do testemunho do Evangelho para torná-los transmissores de sua particular e interessada visão-de-mundo.

Metodologicamente, vamos ocupar-nos, em primeiro lugar, ainda que de forma sumaríssima e limitada, do processo de formação da Igreja, examinando alguns aspectos do relato neotestamentário e, em seguida, procuraremos destacar algumas das características da instituição como fenômeno social e da Igreja, como instituição sociologicamente marcada, para destacar as tensões oriundas da dialética constitutiva de seu ser-no-mundo. Isto é, trataremos do conflito sempre presente entre carne e espírito, lei e graça, obras e fé, conservação do passado e abertura ao futuro, memória e esperança, ou... *instituição e acontecimento*.

Procuraremos, portanto, estabelecer um marco histórico-teológico de referência e um marco sociológico de análise que nos possibilitem um novo horizonte de reflexão capaz de ajudar-nos a superar as tentações de unilateralismo que nos levam a ver, ou nas **instituições eclesiásticas** historicamente dadas ou nos **acontecimentos eclesiais** de emergência recente, o único meio de manifestação do Espírito, amputando assim um dos termos da relação dinâmica que preside a ação do Espírito nos entremeios da experiência humana. Seguindo a acurada reflexão desenvolvida pelo teólogo reformado suíço, H. Emil Brunner,[1] tentaremos, de forma modesta, mas conseqüente, inquirir a respeito da continuidade histórica da

[1] Cf. BRUNNER, H. Emil, *O Equívoco sobre a Igreja*, São Paulo: Novo Século, 2004.

Igreja, em suas formas históricas institucionais, em relação à comunidade de Jesus (a *koinonia christou* ou *koinonia pneumatos*), ou seja, a *Ecclesia* do Novo Testamento.

A emergência Histórica da Igreja

Falar da instituição eclesiástica e do acontecimento fundamental que a trouxe à existência não significa, simplesmente, falar da Igreja, uma vez que esta expressão é, historicamente, "obscura e ambígua", para dizer como Lutero. Antes, implica em compreender o que foi o movimento de Jesus, conforme os relatos do Novo Testamento, e procurar seus vestígios nas diferentes concreções históricas assumidas, ao longo do tempo, pelas formas eclesiológicas que se querem herdeiras da *Ecclesia* primordial. Uma rápida mirada às páginas do relato neotestamentário nos permite inferir duas coisas com respeito à formação da Igreja cristã:

(a) Jesus anunciou o Reino de Deus, mas não se preocupou em "programar" a Igreja para os tempos vindouros.

Toda a pregação e ensino de Jesus estiveram centralizados numa única preocupação: a proclamação da instauração e realização a partir dele, do Reino de Deus. Sua vida se caracterizou por uma acentuada ênfase escatológica que o enquadrou na linha dos grandes profetas de Israel. A luta que manteve com as autoridades religiosas de seu tempo se inscreve no tradicional conflito entre profetas e sacerdotes do Antigo Testamento e a multidão o seguiu porque viu nele a continuidade da grande tradição profética israelita. Seu anúncio não foi outra coisa que a proclamação do cumprimento da promessa uma vez feita ao povo escolhido. Cumprimento este que se realiza nele, que surge como portador e instaurador do Reino de Deus entre os humanos. Nesta perspectiva escatológico-messiânica não há lugar para a Igreja, que só vai aparecer depois da ressurreição.

Os doze que ele chamou para que o acompanhassem em seu trabalho não foram convocados para se constituírem no grupo inicial de uma suposta sociedade jesuânica, como muitas vezes somos levados a pensar; eles simbolizavam, escatologicamente, o juízo e a restauração das doze tribos de Israel (Mt 19, 28; Lc 22, 29). A importância dos discípulos não se baseava no fato de serem eles apóstolos (isto ocorrerá depois), mas no fato de que eram doze. Tanto é assim que o evangelista Marcos quando se refere a eles os faz sempre com a expressão "os doze".[2]

Na proclamação de Jesus o Reino tem uma significação essencialmente escatológica. Não se trata de uma teocracia nacional, geograficamente delimitada e politicamente configurada, como era esperado tanto pelo judaísmo oficial como pelos grupos messiânicos então existentes (zelotes, essênios, etc.). Para ele, o Reino se traduz num novo ordenamento histórico do mundo cujo centro é Deus mesmo. Sua pregação, neste sentido, se dirige fundamentalmente a todos os judeus, a todo Israel como povo escolhido, para tornar realidade esse Reino entre os humanos. Seu objetivo, portanto, não é formar mais uma facção ou tendência, ao lado de tantas outras já existentes, mas a conversão do Povo de Deus (Israel) à vontade soberana do Deus da aliança, de modo a levar à prática a promessa uma vez feita a Abraão de que nele "serão benditas todas as famílias da terra" (Gn 12. 3). Sua pregação, portanto, é particularista. Mas, trata-se de um particularismo que não se esgota em si mesmo, porém se constitui no fundamento da intenção salvífica universal de Deus, cuja eficácia histórica só se concretizará por meio da eficácia do Povo. Escatologicamente, a salvação de todos (a Humanidade) depende da conversão de alguns (Israel). A realização do plano universal de Deus dependia, pois, da eficácia histórica da atuação de um grupo como sinal do Reino, da nova ordem de relações a ser instaurada entre os humanos. É neste sentido que devemos compreender as expressões metafóricas "sal da terra", "luz do mundo", "levedo na massa", etc.

Os modernos tratamentos exegéticos dispensados aos documentos que constituem o Novo Testamento são unânimes em constatar que a Igreja que nós conhecemos a partir dos relatos dos Atos dos Apóstolos não fazia parte dos planos

[2] Cf. BOFF, L., *Eclesiogênese*, Petrópolis: Vozes, 1977. p. 59.

de Jesus. Mesmo nos relatos sobre a Santa Ceia, narrados pelos evangelistas, não há evidência do contrário como, tradicionalmente se pensava. Como muito bem assinalou L. Boff: "As várias ceias que Jesus realizou não só com os discípulos, mas especialmente com os marginalizados, social e religiosamente, possuíam um significado salvífico-escatológico: Deus oferece a salvação a todos e convida indistintamente bons e maus à sua intimidade. O caráter escatológico da última ceia, como símbolo da ceia celestial dos homens no Reino de Deus, transparece muito claramente no texto lucano".[3]

(b) Sob a inspiração do Espírito, a Igreja surge de uma decisão dos discípulos, motivados por uma necessidade testimonial ou urgência kerigmática.

A partir do relato do livro dos Atos dos Apóstolos, se deduz que estes não fundaram a Igreja imediatamente depois do evento pentecostal. Como bons judeus a atentos às recomendações de Jesus, trataram de conquistar seus compatriotas para o Reino, confiados em que o Ressuscitado logo retornaria para restaurar definitivamente a Israel. O fato de recompor o grupo dos doze, que ficara desfalcado com a "saída" de Judas, é sinal evidente disso. Entretanto a conversão helenista, o incidente de Cornélio, a prisão de Pedro, o martírio de Estevão e, fundamentalmente, a falta de interesse dos judeus por sua pregação os levaram a ir em prol dos gentios e a não mais esperar a Parusia do Senhor como iminente. Isto é, ao darem um sentido missionário a sua pregação eles criaram as condições para o surgimento da Igreja.

Para dar este passo, no entanto, tiveram eles de reinterpretar a mensagem escatológica de Jesus, transformando sua pregação do Reino numa doutrina da Igreja e do futuro dos humanos. Jesus mesmo passou a ser entendido com o elo entre a Igreja e o Reino. Aquela surgia assim no plano da história como o instrumento de proclamação do Reino a todas as criaturas. Os discípulos se transformaram em apóstolos, ou seja, em enviados. Como tais eles pertencem agora à Igreja e não ao Reino. Por seu lado, a eucaristia assume um lugar de preponderância na vida da comunidade que, como anunciadora do Reino já instaurado em Jesus Cristo e, portanto, como continuadora de seu serviço ao mundo se alimenta, metaforicamente, do corpo e do sangue do Crucificado, tornando-se ela mesma corpo de Cristo para o mundo.

A realidade da Igreja emerge, assim, na história como produto da ação salvífica e transformadora do Espírito para anunciar a mensagem libertadora do Reino já inaugurado em Cristo, mas ainda não plenamente realizado para todos os humanos. Ela nasce como uma "comunidade para os outros", uma comunidade de pessoas, ou seja, uma união ou uma unidade de pessoas, uma comunhão, um povo, nunca uma "coisa", uma instituição. Sua vocação é, essencial e existencialmente, sua razão de ser. A completa realização do Reino dependerá agora da eficácia histórica de sua ação sob as orientações inéditas do Espírito.

Mas se a Igreja não irrompe entre os humanos como um acontecimento pré-pascal isto não significa que ela não tenha tido ali os germes que possibilitaram sua manifestação pós-pascal. Com efeito, a pregação do Reino por parte de Jesus, o que o levou à cruz, é parte integrante do nascimento da Igreja. Os relatos dos Atos dos Apóstolos deixam claramente estabelecidos que se a Igreja é um evento pneumatológico, uma *koinonia pneumatos,* ou seja, um acontecimento sacramental (*mysterion*) para o mundo, provocado pela ação do Espírito, o é tendo como seu centro estruturante a pessoa mesma de Jesus, tanto em sua dimensão histórica - Jesus de Nazaré – como em sua dimensão teológica – o Cristo da fé. Em conseqüência, como muito bem expressou Hans Küng: "A Igreja tem a sua origem, não simplesmente nos discípulos, nos desígnios e na missão do Jesus pré-pascal, mas sim no conjunto do acontecimento cristológico; ou seja, em toda ação de Deus em Jesus Cristo, desde o seu nascimento, vida pública e chamamento dos discípulos, até a sua morte e ressurreição e à descida do Espírito sobre as testemunhas do Ressuscitado. Não foi apenas a palavra e o

[3] BOFF, 1977, p. 62.

ensinamento do Jesus pré-pascal, mas sim a ação de Deus, na ressurreição do Crucificado e na plenitude dos dons do Espírito, que transformou o grupo daqueles que em comum acreditavam em Jesus ressuscitado na comunidade daqueles que – ao contrário do antigo povo de Deus descrente – reclamavam ser o Povo de Deus escatológico". [4]

A história que se desenvolve das páginas do Novo Testamento até nossos dias nos apresenta uma Igreja que, surgindo como comunidade informal, foi se institucionalizando de maneira cada vez mais complexa, em virtude de sua progressiva adesão e sujeição às distintas realidades sócio-políticas, culturais e econômicas das sociedades humanas nas quais foi assumindo contornos sociológicos definidos. As formas de sua institucionalização foram-se diferenciando segundo às conjunturas históricas que se foram sucedendo, apanhando-a num processo dialético onde sua (in)fidelidade ao acontecimento crístico passou a ser determinada em maior ou menor grau pelos interesses da instituição social em que se foi desenvolvendo. Daí que, em seu peregrinar histórico tenha ela tanto obscurecido como revelado a Jesus Cristo aos humanos. E isto na justa medida em que se ia abrindo ou fechando-se à direção do poder do Espírito que lhe deu origem. Ou seja, na medida em que se deixou, ou não, questionar-se pelo Acontecimento que a ocasionou. Como assinalou Brunner: "A Palavra de Deus está verdadeira e efetivamente na Igreja como a palavra do Espírito Santo, implicando, portanto, numa unidade do "logos" com a energia dinâmica que se encontra além de toda compreensão." (...) "... pois a *koinonia* repousa sob a inspiração do Espírito Santo, a comunhão dos homens uns com os outros, o fato de que eles estão unidos em um organismo que inclui tanto igualdade quanto diferença, a igualdade fundamental de todos e sua subordinação mútua uns aos outros." (...) "É compreensível que num tempo posterior, quando este poder e unidade original não existiam mais na mesma abundância, devessem tentar encontrar um substituto para o que estava faltando, e assegurar a presença do que estava rapidamente desaparecendo. Esta tentativa de garantia e substituição assume três formas diferentes: a palavra viva de Deus está assegurada – e ao mesmo tempo substituída – pela teologia e o dogma; a comunidade está assegurada – e substituída – pela instituição; a fé, que prova sua realidade pelo amor, está assegurada –e substituída – por um credo e um código moral.[5]

Pelo visto até aqui se torna evidente que não se pode fazer um discurso sobre a Igreja sem falar ao mesmo tempo do Reino de Deus. A Igreja surgiu na história por e para a proclamação desse Reino, e, desde a perspectiva do Novo Testamento não se pode conceber a Igreja sem referenciá-la integralmente ao Reino anunciado por Jesus Cristo, pois este é o que justifica a sua existência e orienta a sua presença na história. Mas, o que significa esta expressão? Que realidades o Reino descobre e articula?

A tentativa de definição formulada por L. Boff nos parece muito sugestiva. Diz ele: "Reino de Deus é a expressão que designa o senhorio absoluto de Deus sobre este mundo sinistro e oprimido por forças diabólicas. Deus vai sair de seu silêncio milenário para proclamar: Eu sou o sentido e o futuro último do mundo. Eu sou a libertação total de todo mal e a libertação absoluta para o bem. Com a expressão Reino de Deus, Jesus articula um dado radical da existência humana, seu princípio-esperança e sua dimensão utópica. E promete que já não será **utopia,** objeto de ansiosa expectação (Lc 3. 15), mas **topia,** objeto de alegria para todo o povo (Lc 2.9). Por isso suas primeiras palavras de anúncio são: Terminou o tempo de espera. O Reino de Deus está próximo. Mudem de vida. Creiam nesta alegre notícia" (Mc 1.14).[6]

Esta perspectiva se fundamenta na compreensão da existência de uma única história criada e permeada pela ação de Deus. Esta ação não é, então, alguma coisa de especial que se concretiza em algum momento do seu desenvolvimento. Mas, em razão de seu caráter

4 KÜNG, H. *A Igreja*. Lisboa: Moraes Ed., 1969. v. I. p. 111.

5 BRUNNER, 2004, p. 59.

6 BOFF, L., Salvação em Jesus Cristo e processo de libertação. *Concilium*, Petrópolis: Vozes, n. 96, 1974, p. 378.

totalizante, o Reino se apresenta em Jesus Cristo como a manifestação central da atividade sempre presente de Deus na história. Assim é que ele se apresenta em sua dupla dimensão de Reino histórico e Reino escatológico, que nada tem a ver com uma realidade que se desenvolve fora dos limites de nosso mundo histórico: ele é expressão da atividade de Deus em *nossa* história em função de seu projeto escatológico: a libertação do horizonte da vida dos humanos para, com isso, possibilitar-lhes a liberdade para a construção de seu próprio futuro.

A proclamação do trabalho escatológico de Jesus Cristo por parte da Igreja não consiste, portanto, no anúncio de uma salvação de almas individuais ou de uma nova interpretação religiosa do mundo e da vida, mas no empenho de proclamação, pelo testemunho vivo da comunidade, da possibilidade de libertação dos humanos de todas as formas de escravidão e medo que os oprimem e os tornam menos humanos. Em Jesus Cristo, Deus assume a totalidade da condição humana e lhe imprime uma direção totalmente outra, dá-lhe um novo conteúdo que se expressa na boa notícia para os pobres, libertação para os oprimidos, o perdão para os pecadores e a vida para os mortos (Lc 4. 18-21; Mt 11.3-5). Ou seja, a proclamação do Reino aponta para a revelação do futuro no meio do presente e nos recorda o fato de que na prática de Jesus de Nazaré, o Reino de Deus foi instaurado com toda a sua eficácia histórica.

Entretanto isto não quer dizer que, em função da atividade de Deus, a eficácia histórica dos humanos tenha sido subestimada. Jesus pregou exatamente o contrário. O Reinado está entre vocês, disse ele (Lc 11.20 e 17-21). Isto é, o Reinado acontece em e através da história que os humanos vão construindo, ainda que a supere. A contínua conversão da Igreja aos propósitos do Reino, que se revela na busca constante do significado do acontecimento original (a *koinonia christou*) para a sua presente conjuntura histórica, exige dela não uma simples reforma ou modernização de suas estruturas, mas uma orientação qualitativamente nova de sua manifestação histórica, enquanto comunidade de homens e mulheres solidários e interdependentes, em função daquilo que a atividade de Deus que se desenvolve além dela mesma, está provocando entre os humanos.

A igreja, pois, não é o Reino, não se identifica com ele, mas o assinala e promove seus valores no meio da história. Daí que o viver institucional da Igreja deva ser encarado sempre como provisional e necessitado de transformação. Deve estar continuamente sob o juízo do acontecimento do qual se originou sob pena de negá-lo totalmente e, assim, perder os rastros do Espírito em meio às marchas e contramarchas da história humana.

Do Acontecimento à Instituição

O processo de institucionalização do acontecimento fundamental - o evento cristológico em sua totalidade – foi e tende a ser sempre mediado pelos elementos culturais e ideológicos dominantes dentro da sociedade onde esse processo ocorre, pois, a fé tem necessidade de um conduto ideológico que a expresse e articule. O fato da justaposição de diferentes teologias no Novo Testamento, por exemplo, constitui manifestação objetiva disso, assim como os conflitos que desde o princípio vêm dividindo os cristãos.

Como a história nos demonstra, o Cristianismo sempre viveu dominado por uma tensão entre uma versão institucionalizada do acontecimento crístico, muitas vezes por demais distante da *koinonia* experimentada pela *Ecclesia* do Novo Testamento, cujo discurso sempre respondeu aos interesses dos grupos dominantes na Igreja e na sociedade, e uma versão discordante que se lhe contrapõe, portanto, "herética" em relação ao discurso oficial, defendida por grupos sem poder tanto no interior da Igreja como na sociedade. Estes sempre defenderam uma explicitação do acontecimento por parte da instituição mais próximo da realidade por eles experimentada, tanto do próprio acontecimento (desmascaramento ideológico) como da própria conjuntura histórica (exigência de análise de realidade fora de uma perspectiva de poder).

A partir do momento em que o Cristianismo

passou a ser objeto de instrumentalização por parte dos setores sociais dominantes, sendo articulado como uma versão ideológico-religiosa legitimadora da ideologia predominante dentro da sociedade, a Igreja passou a se constituir numa das mais importantes instituições sociais por ser justamente aquela que se encarregaria de elaborar o discurso ideológico que explicitaria, em termos do universo simbólico religioso, a visão de mundo própria dos poderosos. O Acontecimento fundamental passou, então, a ser interpretado pela instituição segundo os variáveis interesses de suas funções sociais. Interesses estes impostos pelas exigências de funcionalidade do aparelho do Estado ao qual foi atraída e outros, surgidos em consequência da própria dinâmica que ela, como instituição, pôs em andamento. Isto começou de modo claro e determinante na era constantiniana e caracterizou, daí por diante, a história da Igreja Cristã. O conjunto de fenômenos sócio-políticos, econômicos e culturais que a partir de então, e em forma crescente, darão origem a uma diversificação de instituições eclesiásticas (Cisma de Constantinopla, Cisma de Avinhão, Reforma, Movimentos reavivalistas dos séculos XVIII e XIX, para apenas mencionar os mais conhecidos) ocorrerão em grande medida determinados pelos problemas oriundos desta forma de mediação.

Naturalmente que as coisas, em sua concreção histórica, não foram tão simples como as temos esquematizado. Mas a forma exagerada com que estamos nos referindo a estes fatos da história procura desnudar ao máximo este dado fundamental que tem caracterizado a relação entre a fé e as formas ideológicas de apreensão e explicitação da realidade pelos condutos religiosos.

Com isto queremos apenas sublinhar que a Igreja enquanto instituição social tende a funcionar como todas as instituições que surgem da convivência humana. Mas, de que se trata quando falamos de instituição? De acordo com uma curta, mas objetiva, definição de R. Alves: "Uma instituição é um mecanismo social especializado que programa o comportamento humano, seja o pensamento, seja a ação. (Ela)... é a memória socializada da sociedade, memória prática que preserva as soluções sem, entretanto, ter consciência de suas origens. (Elas)... são, assim, respostas a problemas concretamente vividos e se justificam na medida em que preservam sua eficácia prática".[7]

De acordo com esta definição se poderia dizer que a instituição transmite e impõe normas e comportamentos que, por terem resultado "funcionais" para a obtenção de determinados objetivos passam a ser considerados como os que melhor correspondem às necessidades dos indivíduos. Ou seja, a instituição programa, segundo a natureza de seus fins, os comportamentos, as atitudes, as crenças e as ações dos indivíduos. Mas pelo fato de viver do passado cada instituição, inclusive a Igreja, tende a ser estática; ela não inova. A repetição de respostas que uma vez se mostraram eficazes e a imposição destas respostas como norma axiológica constitui seu princípio fundamental. È por isso que a instituição é incapaz de propiciar atitudes criativas, pois seu horizonte ficou no passado. Rubem Alves destaca, ainda, que "na medida em que as instituições funcionam de forma adequada o discurso a seu respeito se caracteriza pelos seguintes elementos:

> 1- Suspendemos todas as nossas dúvidas a seu respeito. Funcionalidade é interpretada como verdade. E as instituições deixam de ser entendidas como historicamente contingentes e passam a ser interpretadas como ontologicamente necessárias.
>
> 2- O discurso sobre as instituições assume a forma de justificação ideológica das mesmas. No caso específico da Igreja, justificação teológica. A instituição é uma necessidade divina. Esta é a função de fórmulas como "a instituição é a criação divina", "o mistério da Igreja", "o corpo de Cristo", "a objetivação do Espírito" etc.
>
> 3- A descrição das realidades institucionais, descrição ideológica, é feita com o propósito de se derivar dela o imperativo. O indicativo das instituições é o imperativo do comportamento. Em outras palavras: o comportamento deve ser adaptativo. A função do indivíduo é ajusta-se ao todo e contribuir para a sua preservação e expansão.

[7] ALVES, R., Instituição e Comunidade. *Cadernos do ISER*, Rio de Janeiro: ISER, 1975. p. 9.

> 4- Finalmente, o discurso se caracteriza pela proibição do dizer crítico e pela obrigatoriedade do dizer apologético".[8]

Por estas características as instituições tendem sempre a conter as manifestações vitais da comunidade humana onde atuam, pois a vida é regida pelas leis da mudança, da transformação, da criação e da "re-criação". A vida é movimento, busca incessante do novo, do inédito. Mas a instituição tende ao imobilismo. Assim, no momento em que novas situações e novos problemas começam a surgir e para os quais as instituições não possuem uma resposta satisfatória, surge a crise entre estas e aqueles aos quais deveria oferecer novas soluções. A partir desse momento a instituição perde sua autoridade frente a eles e, por conseguinte, o monopólio das respostas. A tensão aflora e um novo discurso começa a tomar forma buscando uma interpretação totalmente distinta do discurso elaborado pela instituição em função de situações passadas mas que ela ainda procura impor pela força de uma autoridade criada e alimentada pela crença de sua necessidade ontológica. È por este caminho que a instituição pode chegar às formas mais ousadas de repressão dos focos "heréticos".

No caso da Igreja, o surgimento de grupos com um discurso diferente do oficial (institucional) sempre se deu quando a instituição eclesiástica deixou de perceber as transformações da realidade e continuou insistindo num tipo de "mensagem" que perdera a pertinência por continuar referindo-se a uma realidade já superada. Este fato está muito bem exemplificado nas contendas dos primeiros cristãos e, desde então, marcará o caminho da Igreja na história. A Reforma é um exemplo característico do empenho na busca de maior correspondência entre a mensagem original e a realidade de uma determinada conjuntura histórica. O movimento profético do Antigo Testamento é como que uma manifestação paradigmática deste mesmo fato. Em todas estas situações se observa a presença de um denominador comum: a referência ao acontecimento fundamental e o esforço para que o discurso original da fé guarde sua pertinência em relação às novas experiências históricas que a instituição não percebe ou não pode perceber.

A vida da Igreja é, por isso, a história das tensões, ocultas ou abertas, entre o discurso eclesiástico (institucional, oficial, ortodoxo) e as tentativas de novos discursos oriundos de grupos eclesiais (não-institucionais, não-oficiais) para alcançar uma nova interpretação ou uma nova mediação revitalizadora do acontecimento primordial que deu origem à instituição.

A Modo de Conclusão

Em sua obra paradigmática a que já nos referimos neste texto, Brunner chama a atenção para o fato de que a Igreja, enquanto instituição, muitas vezes tem se perdido em sua busca de correspondência com a *Ecclesia* do Novo Testamento, seja por atender a exigências que contrariam o Evangelho, seja por se auto-compreender, orgulhosamente, como a expressão fidedigna e atualizada da *Ecclesia* primordial, constituindo-se, assim, em si mesma num poderoso obstáculo à emergência da verdadeira comunidade cristã no coração da história humana. Em suas palavras: "A Igreja é uma forma evoluída historicamente, um vaso da *Ecclesia*; não foi dada para ela a promessa de invencibilidade e durabilidade eterna, mas somente para a *Ecclesia*. Desde o Cristianismo até os primeiros tempos da era da Reforma, entendeu-se o fato que a essência da *Ecclesia* era, em princípio, distinguível do, e em parte oposto ao, vaso da igreja que a continha. Novas tentativas sempre têm sido feitas para dar à comunidade cristã a forma externa que melhor se ajusta a ela. Um dos mais importantes resultados do movimento ecumênico tem sido fazer o Cristianismo consciente da multiplicidade destas formas externas, e a necessidade de sua multiforme variedade."[9]

Frente ao que vimos até aqui, que nos descortina um vasto panorama de incompreensões, equívocos, manipulações e, também, busca sincera de entendimento do significado e papel da comunidade cristã nos tempos que atravessamos,

[8] ALVES, 1975, p. 10.

[9] BRUNNER, 2004, p. 124.

fica o desafio para o aprofundamento da compreensão do que seja a verdadeira comunidade em Cristo. Pois será desta visão renovada que surgirão as iniciativas capazes de restaurar o equilíbrio entre a Palavra e o Espírito de modo a fazer ressurgir a Ecclesia, a verdadeira comunidade de irmãos e irmãs, em meio a nossa história. Uma comunidade marcada pelo exercício da reciprocidade, da solidariedade, de modo a permitir a expressão real da igualdade entre todos e todas, sob o signo da liberdade e da justiça. Para tal devemos levar em conta as afirmações abaixo listadas:

1- A atuação do Espírito na história ultrapassa as fronteiras sociológicas da Igreja e se revela em todas as aspirações verdadeiramente humanas à liberdade, à justiça e à fraternidade, pois seu cometido é o Reino de Deus e não a Igreja. Esta, como um dos modos da revelação e ação de Deus entre os humanos tem de estar sempre atenta aos "sinais dos tempos" para perceber os movimentos do Espírito e secundá-lo em seu trabalho libertador.

2- A instituição eclesiástica, que existe como resultado de uma mediação histórica, ideologicamente condicionada, da totalidade do acontecimento cristológico, vive a tensão permanente entre as "solicitações do mundo" (por ser uma instituição social) e as exigências de fidelidade ao Espírito que a empurram pelos caminhos da história para a manifestação do Reinado de Deus entre os humanos. Ou, para usar a expressão cunhada por João Calvino, a comunidade dos seguidores e seguidoras de Jesus de Nazaré se constitui na *pia conspiratio* para a transformação do mundo segundo os desígnios de Deus.

3- A permanência desta tensão é de fundamental importância para o contínuo devir da Igreja como comunidade do Senhor Ressuscitado. Somente no reconhecimento humilde e na acolhida das chamadas proféticas (*Kenosis* da instituição) que continuamente a remetem ao acontecimento cristológico e a convidam a uma permanente conversão (*metanoia*) à ação do Espírito na história, se tonará ela serva fiel de Deus a serviço dos humanos.

4- A preservação do espaço profético no interior da instituição é a condição única que possibilita e garante sua verdadeira obediência. Sua supressão revelaria não apenas a debilidade dos laços da instituição com o Acontecimento-fonte como sua total submissão "aos principados e potestades deste mundo". Neste caso a realidade do Reino não iluminaria mais seu horizonte e o Cristo louvado em seu interior não seria mais do que um ídolo, uma criação demônica a serviço da perversão da proposta evangélica original.

[Recebido em: junho de 2011.
Aceito em: agosto de 2011].